Termo de Convênio que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ e PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC) campus LONDRINA, para os fins que especificam:

PARANÁ, órgão da administração direta do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Lidia Maejima, doravante denominado Tribunal de Justiça, e PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC) campus LONDRINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.659.820/0011-23, com sede na Avenida Jockei Club, nº 485, Vila Hípica, Londrina/PR, neste ato representada por Waldemiro Grenski, Reitor, doravante denominado Pontifícia Universidade Católica (PUC), resolvem firmar o presente convênio, que será regido pela legislação aplicável à matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a cooperação mútua dos participes, visando a aferição de exames de glicemia, de colesterol e de pressão arterial em Magistrados e Servidores, a ser realizado pelos alunos da instituição de ensino, sob a supervisão de um professor responsável, nas dependências dos Fóruns ou edificações do Poder Judiciário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência deste Termo Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura.

Parágrafo único: A execução do objeto ocorrerá em data oportunamente estabelecida e divulgada pelos partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DAS

PARTES



Parágrafo Primeiro: São obrigações do Tribunal de Justiça:

- I Adquirir os materiais necessários para a consecução dos exames propostos, sendo: monitor *point of care* para aferição de colesterol e glicemia; fitas e lancetas compatíveis com os aparelhos; luvas para procedimento; álcool e materiais impressos com informações para preenchimento com o resultado dos exames.
- II Disponibilizar espaços físicos nas dependências dos Fóruns ou edificações do Poder Judiciário.
- III Por meio dos Juízes Diretores dos Fóruns, o recebimento dos materiais, a disponibilização do espaço e apoio no dia da ação.
- IV Certificar aos alunos as atividades executadas e o período em que houve a execução do objeto.
- V Fornecer o suporte necessário ao desempenho das atividades do Termo de Convênio.

Parágrafo Segundo: São obrigações da Pontifícia Universidade Católica (PUC):

- I Colaborar com o comprometimento dos alunos e professores para estarem na data, no horário e no local indicado para a realização dos exames.
- II Supervisionar, por meio do docente, o momento da consecução dos procedimentos pelos discentes.
- III Utilizar um par de luvas para cada paciente e realizar a devida assepsia no local que se fará o exame, mantendo a segurança tanto dos que executam quanto dos que se submetem aos exames.
- IV Realizar triagem do paciente, anotando em local apropriado os resultados dos exames e entregando ao final do procedimento ao Magistrado ou Servidor.
 - V Utilizar material próprio de aferição de pressão arterial.
- VI Fornecer o suporte necessário ao desempenho das atividades do Termo de Convênio.

<u>CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS</u> <u>FINANCEIROS</u>

Não haverá transferência voluntária de recursos entre os cooperantes para a execução do presente Termo de Convênio. As despesas



necessárias para atuação de cada qual correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA OU RESCISÃO

Este Convênio poderá ser alterado por Termo Aditivo ou rescindido por qualquer das partes, sem nenhum ônus, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: Em caso de norma legal ou fato que o torne formalmente inexequível, este termo será rescindido, independentemente de aviso ou notificação, sem direito a qualquer reclamação ou indenização de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA: DA PUBLICIDADE

O Tribunal de Justiça providenciará a publicação do resumo do presente Termo de Convênio no órgão responsável para dar publicidade a seus atos, até o 5° (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do artigo 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA LEGISLAÇÃO

O presente convênio tem sua fundamentação legal na Lei Federal n.° 8.666/1993 e Lei Estadual n.° 15.608/2007.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

As partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR para elucidar possíveis dúvidas relacionadas com o presente Convênio, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, ao final qualificadas.



Curitiba/PR, <u>39</u> de <u>nove moro</u> de 2019.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Reitor da Universidade

Waldemiro Gremski Reitor

Testemunhas:

CPF: 641 Q62 509-1

CPF: 35923029-65

CPF: 35923029-65 RG: 2,408 631-4

Prof². Evelin M. Ogatta Muraguchi Coordenadora do Curso de Medicina PUC/PR Câmpus Londrina

Nadina Moreno Diretora

PUCPR - Campus Londrina

Prof. Paulo Roberto Bignardi Coordenador Adjunto do Curso de Medicina PLICAPA Câmpus Londrina



Departamento de Gestão de Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS Protocolo nº 0083594-69.2019.8.16.6000 EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2020

Convenentes: O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Pontifícia Universidade Católica - PUC Campus Londrina

Objeto: O presente Termo de Convênio tem por objeto a cooperação mútua dos partícipes, visando a aferição de exames de glicemia, de colesterol e de pressão arterial em Magistrados e Servidores, a ser realizado pelos alunos da instituição de ensino, sob a supervisão de um professor responsável, nas dependências dos Fóruns ou edificações do Poder Judiciário.

Ônus: Não haverá transferência voluntária de recursos entre os cooperantes para a execução do presente Termo de Convênio. As despesas necessárias para atuação de cada qual correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Vigência: O prazo de vigência deste Termo de Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura.

Curitiba, 29 de novembro de 2019.

DES.ª LIDIA MAEJIMA
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
WALDEMIRO GREMSKI
Reitor da Universidade